1. Formulários de Investigação de Doenças

1.1 Questões gerais

- I. Como realizar o **envio de formulários de investigação de doenças** que envolvam notificação imediata ao DSA?

Resposta: enviar os formulários e demais documentos de apoio à investigação, tais como resultados laboratoriais, para o e-mail notifica.dsa@agricultura.gov.br, com cópia para os respectivos programas sanitários, no prazo de 24 horas após a visita de investigação do médico veterinário oficial. Atender ainda a padronização quanto ao campo “assunto” da mensagem e ao nome dos arquivos, conforme disposto no item 5.2 *Fluxo específico dos formulários de investigação de ocorrências zoossanitárias* do [Manual SIZ](#) (http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Manual%20SIZ/Manual_SIZ_09_12_2013.pdf).

- II. É necessária a realização de investigação de ocorrências notificadas por meio do **FORM NOTIFICA**, com diagnóstico laboratorial confirmatório e sem sinais clínicos?

Resposta: O FORM NOTIFICA sempre deve gerar ações de investigação por parte do SVO. Mesmo que o notificante tenha informando ausência de sinais clínicos, é importante que sejam realizadas investigações na propriedade de localização dos animais para avaliar a condição sanitária do rebanho e identificar possíveis vínculos epidemiológicos também para investigação. A investigação realizada deve ser registrada em FORM IN que deve ser enviado ao DSA, através do endereço notifica.dsa@agricultura.gov.br e do respectivo programa sanitário. É importante, também, solicitar e anexar os laudos ou resultados laboratoriais obtidos e enviar junto com o FORM IN. Caso a investigação realizada envolva inspeção em propriedades de vínculo epidemiológico, os referidos FORM VIN também devem ser enviados por meio dos endereços mencionados.

Ainda que o notificante assinale caso confirmado no Campo 4, referente a informações sobre a suspeita ou ocorrência, temos que avaliar se o teste utilizado e amostras testadas, associados com as condições clínicas dos animais amostrados, enquadra-se na definição de caso para a doença. O resultado da investigação a ser realizada pelo SVO é de grande importância para apoiar essa definição.

- III. Qual é o critério a ser utilizado para determinação da **data do provável início do evento**? Deve-se considerar apenas os animais que estão sendo atendidos ou também os casos reportados pelo produtor no passado? Se for necessário relatar os casos do passado, qual limite de tempo para isso?

Resposta: a definição da provável data de início do evento deve fundamentar-se na ocorrência específica que foi notificada, isto é, deve considerar apenas os animais que estão sendo atendidos (doentes ou mortos). Se houver relato de ocorrências anteriores, elas devem ser informadas no campo de observações gerais, onde todo o histórico anterior deve ser apresentado para uma avaliação mais completa. Assim, tanto o provável início da ocorrência quanto o relato de ocorrências anteriores deve considerar a avaliação clínica e epidemiológica realizada no estabelecimento, incluindo entrevista com os responsáveis pelos animais e a identificação do início dos sinais clínicos.

Com respeito ao limite de tempo a considerar, para determinar possível vínculo entre casos atuais e casos anteriores, não há um tempo determinado, isso depende do curso de cada doença ou síndromes. No caso específico da raiva, um período que pode ajudar para estabelecer um parâmetro é aquele definido no Manual Técnico – Controle da Raiva dos Herbívoros (pág. 36), onde um foco deverá ser encerrado 90 dias após o último óbito ocorrido

na propriedade, com o preenchimento do último FORM COM. Assim, para as suspeitas de raiva, podemos considerar como referência e não se deve ser muito rígido com isto, os 90 dias anteriores para considerar duas ocorrências no mesmo foco.

- IV. Quando da visita à propriedade, as informações do **FORM IN** são registradas à mão para posterior digitalização do documento na UVL. Este documento digitalizado é encaminhado para os Programas, que analisam e solicitam correções destes FORM INs. Tendo em vista que o novo FORM IN possui o Item 3 - documento retificador, há necessidade de assinalar este campo e manter todos os documentos anteriormente preenchidos por ocasião de correções de rotina solicitadas pelo órgão estadual?

Resposta: Quando o documento já tiver sido enviado do órgão executor estadual para o MAPA – DSA ou SFA – e houver a necessidade de alterações, obrigatoriamente deve ser elaborado documento retificador, mantendo-se o histórico dos registros e a rastreabilidade documental, conforme orientações do instrutivo.

No caso de alterações enquanto o documento ainda estiver no âmbito do órgão executor estadual, fica a critério do órgão a manutenção de todos os documentos gerados inicialmente.

- V. Quando devem ser usados os formulários: **FORM SV, FORM SH e FORM SRN**?

Resposta: os formulários FORM SV, FORM SH e FORM SRN foram elaborados com objetivo de apoiar a investigação das doenças-alvo relacionadas às respectivas síndromes, ou seja, na confirmação de casos prováveis ou confirmados após a investigação no estabelecimento. Assim, quando na primeira visita o caso para a doença-alvo for descartado, o atendimento poderá ser encerrado no próprio FORM IN. Entretanto, quando mesmo diante de caso descartado haja interesse do estado seguir investigando outras doenças do quadro diferencial, poderá utilizar os formulários como apoio, mas sem necessidade de enviar ao respectivo programa sanitário do DSA. Para casos prováveis ou confirmados, os formulários necessariamente deverão ser utilizados.

- VI. Em relação ao **FORM-LAB**: Campo 7. Ensaio/teste solicitado: A primeira opção, “PADRÃO PARA A SÍNDROME INDICADA” é só para o caso das doenças sindrômicas ou para qualquer doença cujo teste é determinado pela legislação oficial? Ou no caso de doenças NÃO sindrômicas, como AIE, sempre terá que ser marcado o item “OUTROS” e descrever o teste, IDGA?

Resposta: a primeira opção “PADRÃO PARA A SÍNDROME INDICADA” somente deve ser utilizada para as quatro síndromes atualmente disponíveis. Para as demais doenças (como o caso da AIE), deve-se marcar a opção “OUTROS” e indicar o(s) teste(s) solicitado(s).

Reforçamos que a utilização do FORM-AIE ou FORM-Mormo, dispensa a utilização do FORM-LAB, e vice-versa.

1.2 Sanidade dos Equídeos

- VII. Na investigação perifocal de um caso de **Mormo**, por exemplo, qual é a data que devemos inserir no campo 4.3 “**Data e hora de recebimento da notificação ou do motivo da investigação**”? A data do recebimento do laudo positivo? A data do levantamento das propriedades que serão investigadas? Ou a data da coleta do material que resultou positivo?

Resposta: inserir a data e hora de recebimento da designação para realizar a inspeção no estabelecimento de vínculo epidemiológico.

- VIII. Em uma investigação do perifoco de **Mormo** com coleta de amostra, por exemplo, qual a **data provável do início do evento** (campo 7.2 do FORM IN), considerando que haverá coleta de material nas propriedades em que os animais são assintomáticos?

Resposta: essa questão envolve uma particularidade do mormo, cuja definição de caso, considera como caso provável o animal que foi caracterizado como vínculo epidemiológico com caso confirmado da doença, levando à necessidade de colheita de amostras, independente da presença de sinais clínicos, para confirmar ou descartar o caso. Quando a investigação envolve animais assintomáticos (já caracterizados como caso provável, devido ao vínculo epidemiológico com caso confirmado), o objetivo da colheita é determinar se o animal foi infectado pelo agente. Nessa condição, deve-se levantar com os responsáveis pela criação do animal, ou do rebanho, histórico sobre sinais clínicos compatíveis com a doença para apoiar a determinação de uma provável data de infecção. Quando a anamnese não permitir identificar uma possível data de infecção do rebanho, o campo 7.2 (Provável início da ocorrência) deverá permanecer em branco, registrando-se no campo 7.6.1, animal, ou rebanho, assintomático, sem possibilidade de identificar provável data de início do evento.

- IX. Em uma investigação do perifoco de **Mormo** ou de **AIE**, quando não se detecta sinais clínicos da doença investigada nas propriedades, porém há colheita de material para diagnóstico, como deve ser preenchido o campo 7.5.2. (**Diagnóstico provável**)?

Resposta: A investigação de perifoco (vínculo) de mormo com coleta de amostras está relacionada a uma particularidade do mormo, cuja definição de caso considera como caso provável o animal que foi caracterizado como vínculo epidemiológico com caso confirmado da doença, levando à necessidade de colheita de amostras, independente da presença de sinais clínicos, para confirmar ou descartar o caso. Isso se aplicaria também a AIE.

Assim, para essas doenças, a investigação de vínculo, na realidade, trata-se de investigação de casos prováveis. Portanto, se o caso é vínculo com caso confirmado, independente da sintomatologia, e por isso há investigação e colheita de amostras para diagnóstico, no campo 7.5.2 deve ser registrado como: Provável: Mormo/AIE

Lembrar que na Tabela do item 8, esses casos também devem ser registrados na coluna "Casos Prováveis".

- X. O **FORM AIE** deve ser usado apenas pelo SVO?

Resposta: A proposta é que o FORM AIE também seja utilizado pelos veterinários privados ou de outras instituições. Entretanto, como há uma Instrução Normativa que define o modelo atual, é necessário aguardar a nova publicação para oficializar o formulário. Segue o texto que está no instrutivo, no qual se tentou esclarecer este ponto: "Os formulários FORM AIE e FORM Mormo representam os novos modelos que irão substituir aqueles definidos pelas Instruções Normativas SDA nº 45/2004 e 24/2004, respectivamente para AIE e mormo. Portanto, uso dos atuais modelos, quando envolver questões judiciais ou fiscais, deve aguardar a publicação dos novos atos normativos."

- XI. O **Form AIE** e o **Form Mormo** são obrigatórios para o SVO no caso de saneamento/investigação de foco ou suspeita?

Resposta: Os mencionados formulários têm como objetivo apoiar o atendimento e saneamento das doenças em questão, que, no caso particular, envolvem o abate ou a destruição dos casos positivos. Permitem, ao mesmo tempo, identificar individualmente o animal e encaminhar amostra para teste laboratorial. Quanto à obrigatoriedade de uso dos mesmos, devem ser considerados os procedimentos estabelecidos nos atos normativos relacionados, seguindo orientações da DSECOA. Destacamos apenas o parágrafo abaixo transcrito do Instrutivo para os formulários utilizados para as doenças dos equídeos:

“Os formulários FORM AIE e FORM Mormo representam os novos modelos que irão substituir aqueles definidos pelas Instruções Normativas SDA nº 45/2004 e 24/2004, respectivamente para AIE e mormo. Portanto, o uso dos atuais modelos, quando envolver questões judiciais ou fiscais, deve aguardar a publicação dos novos atos normativos.”

Tanto o Form AIE como o Form Mormo podem ser substituídos pelo Form LAB, dependendo da quantidade de animais e das possibilidades de identificação individual dos animais.

- XII. O **Form AIE** e o **Form Mormo** são documentos individuais por animal. No caso de propriedades com maior número de animais, por exemplo, é necessário fazer o **RESENHO** de todos os animais e também o Form AIE e o Form Mormo, ou estes dois substituem o **RESENHO** ou o **FORM-LAB**?

Resposta: o Form AIE e o Form Mormo já incluem o Resenho e informações necessárias para envio das amostras ao laboratório, assim, quando utilizados, **não devem ser empregados** o RESENHO ou o FORM-LAB.

Como discutido na questão anterior e seguindo orientações da DSECOA para as atividades de saneamento das ocorrências zoonosológicas, especialmente aquelas com maior número de animais, o FORM LAB pode substituir o FORM AIE e o FORM MORMO, dependendo das possibilidades e alternativas disponíveis para identificação individual dos animais. O FORM LAB permite o ingresso de uma lista de animais, o que pode facilitar o envio das amostras ao laboratório, entretanto, para isso, há necessidade de alternativas (ex.: tatuagens, marca a fogo) que permitam a identificação individual dos animais, dispensando a necessidade de elaborar um Resenho ou um FORM AIE ou FORM Mormo para cada animal.

- XIII. No caso de investigação de foco de mormo, é necessário fazer **RESENHO, FORM-IN, FORM-LAB, FORM-Mormo e FORM-EQ**?

Resposta: não há necessidade do uso conjunto de todos os formulários mencionados.

O FORM-IN é de uso obrigatório pelo SVO. Trata-se do formulário básico para registro do primeiro atendimento (investigação inicial) do médico veterinário oficial nos casos de suspeitas ou focos de doenças animais, de notificação obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial.

Quanto aos demais formulários, uma vez utilizado o FORM-Mormo, estão dispensadas a utilização do RESENHO e do FORM-LAB.

O FORM-EQ complementa o FORM-IN nas questões mais específicas relacionadas à investigação clínica e epidemiológica para as doenças respiratórias dos equídeos e, portanto, sua utilização é recomendada.

1.3 Sanidade Avícola

XIV. Em atendimento a **lote subsequente de aves**, após notificação do SIF:

Item 4.2 – o motivo inicial para investigação a ser assinalado é apenas “mortalidade”?

Resposta: Sim.

Item 7.4 – assinalar sempre “sim” em caso de visita a lote subsequente e cadastrar a ocorrência no SivCont?

Resposta: Sim.

Item 7.5.2 – o diagnóstico será referente ao dia da visita (situação encontrada no aviário)? Como ficaria o campo de diagnóstico final neste caso, se não houver nenhuma doença no aviário? Deve-se colocar apenas a observação de “investigação a lote subsequente” e deixar o campo de diagnóstico em branco?

Resposta: Sim, o diagnóstico será referente ao dia da visita. Caso não se detecte doença no aviário, deve-se registrar, no campo de diagnóstico conclusivo, a ausência de detecção de sinais clínicos/doença (“Sem detecção de sinais clínicos”, por exemplo).

Item 8 – no preenchimento dos campos sobre animais existentes na propriedade, em visita a lote subsequente, considerar a população no dia da inspeção? É necessário preencher a população no início da ocorrência, considerando que o lote referente à notificação do SIF já foi abatido?

Resposta: Deve-se considerar a população existente no dia da inspeção, sendo necessário o preenchimento dos campos referentes aos “animais existentes no dia da inspeção”. Caso não haja mortalidade acima de 10% nem animais doentes no novo lote, não é necessário preencher os campos seguintes ao dia da visita.

Item 8 - em casos (confirmados e prováveis), os confirmados seriam apenas aqueles com diagnóstico laboratorial?

Resposta: Depende da definição de caso de cada doença. Verificar junto ao PNSA.

XV. Em ocorrência de aves, após notificação da empresa com apresentação de laudo de *Salmonella gallinarum*, no item 7.4 - o motivo inicial para investigação da ocorrência se enquadra em suspeita de doença alvo da vigilância sindrômica, assinalar qual opção?

Resposta: Assinalar a opção “não” no item 7.4, uma vez que o motivo inicial para investigação da ocorrência (laudo positivo para salmonelose) não se refere a doença alvo da vigilância sindrômica.

1.4 Sanidade dos Suídeos

XVI. No caso de **vigilância de PSC**, quando for realizada inspeção a uma propriedade motivada pelas lesões detectadas no matadouro, contudo não for encontrado nenhum animal com sinal clínico na propriedade, como descrever a atividade de colheita de soro para envio ao laboratório (em cumprimento à Norma Interna DSA nº5/2009) no FORM IN?

Resposta: Para vigilância da PSC, quando o atendimento for motivado por notificação de taxas de mortalidade acima dos limites estabelecidos ou lesões múltiplas compatíveis com doenças hemorrágicas, conforme estabelecido pela Norma Interna DSA nº5/2009, o registro no FORM IN deve seguir as orientações abaixo:

- a) No campo “4.2. Motivo inicial para investigação da ocorrência”: preencher a opção “Mortalidade” ou “lesões/achados em matadouros”.
- b) No campo “7.2. Provável início da ocorrência”: informar a data de registro da mortalidade, quando disponível, ou, na ausência desta, da data do abate.

- c) No campo "7.3. Investigação encerrada?": assinalar a opção "SIM" na constatação de ausência de casos prováveis para PSC, ou assinalar a opção "Não", quando forem encontrados casos prováveis.
- d) Quanto ao item "7.4. O motivo inicial para investigação da ocorrência (itens 7.4.2 e 7.4.4) se enquadrava em suspeita de doença alvo da vigilância sindrômica?": assinalar a opção "SIM" e cadastrar a ocorrência no SivCont.
- e) No campo "7.5. Após a investigação, a ocorrência se enquadra em qual das duas opções abaixo", quando da ausência de casos prováveis de PSC, optar pelo item "7.5.2. Caso provável ou confirmado de outra doença ou caso descartado de doença-alvo sindrômica, com o seguinte diagnóstico" e preencher o diagnóstico encontrado (no caso de ausência de quaisquer sinais clínicos, informar esse achado junto à opção "Conclusivo"). Na presença de casos prováveis para PSC, assinalar a opção "Hemorrágica dos suínos" no item "7.5.1. Caso provável ou confirmado de doença-alvo da síndrome".
- f) Quando do descarte da suspeita de PSC, atendendo ao solicitado pelo PNSS por meio do Manual de Procedimentos publicado pela Nota Interna DSA 05/2009, deverão ser colhidas amostras de soro sanguíneo para envio a laboratório credenciado, utilizando o Anexo II definido no referido Manual de Procedimentos do Sistema de Vigilância Sanitária da ZL PSC, subitem "Granja de Terminação (T)", item 7.3 e item 7.5.2 "Animais com lesões compatíveis com doenças hemorrágicas" informando o número do FORM IN. Destaca-se que, segundo o PNAA, esse procedimento foi estabelecido de forma a otimizar a ida ao estabelecimento rural, tratando-se, entretanto, de atividades independentes. Dessa forma, o FORM IN deve ser arquivado, registrando-se no item "7.6.2. Observações gerais" a frase "AMOSTRAS COLHIDAS COM A FINALIDADE DE VIGILÂNCIA ATIVA PARA PESTESUÍNA CLÁSSICA, DE ACORDO COM A NORMA INTERNA DSA nº 05/2009.", conforme definido no mencionado Manual de Procedimentos. É importante destacar que, para o envio das amostras, deverá ser utilizado o formulário estabelecido no Manual de Procedimentos em questão, não devendo ser utilizado o FORM LAB.
- g) Quando os resultados dos testes laboratoriais descritos no item anterior indicarem casos prováveis de PSC, conforme definição de caso para a doença, deverá ser realizada nova inspeção ao estabelecimento registrada em novo FORM IN, assinalando no item "4.2. Motivo inicial para investigação da ocorrência" a opção "Resultado de teste de diagnóstico", aplicando-se os procedimentos indicados para o caso. Nesse caso, a data de provável início no novo FORM IN deverá ser a data de colheita da amostra.

2. Lista de doenças de notificação obrigatória – IN MAPA 50/2013

- XVII. Com relação ao disposto na IN 50/2013 no que se refere às **doenças de notificação mensal**, a ocorrência de pneumonia enzoótica em um lote, por exemplo, deve ser notificada ao setor de defesa sanitária animal pelo SIF ou pelo veterinário de campo?

Resposta:

- a notificação proveniente de matadouros refere-se apenas às doenças das categorias 1, 2 e 3, que devem ser notificadas imediatamente pelo próprio SIF ao setor de defesa sanitária animal na SFA ou ao serviço veterinário estadual, pois requerem medidas imediatas para diagnóstico e contenção;
- ressaltamos que existem algumas doenças em suínos e aves que já tem fluxo estabelecido para notificação de mortalidade (referentes a doenças das categorias 1,2 e 3), e os documentos orientativos são de responsabilidade dos respectivos programas;
- a notificação das doenças da categoria 4, ou seja, de notificação mensal, deve ficar a cargo do veterinário de campo ou RT responsável pela granja, pois os dados requeridos na Ficha

Epidemiológica - FEPI (focos com diagnóstico clínico ou laboratorial, expostos, casos, mortos etc.) não estão disponíveis no frigorífico. Assim, também evitamos possível duplicação de dados;

- a título de conhecimento, informamos que para algumas doenças levantamos os dados diretamente no sistema SIGSIF (e, portanto, não necessitam de notificação adicional) como é caso da cisticercose suína, equinococose/hidatidose e fasciolose;

- a IN 50 contempla todas as doenças de notificação obrigatória à OIE, representando compromisso internacional de notificação, além de doenças presentes em CZI para exportação de animais para alguns países e outras doenças incluídas por solicitação dos programas zootecnicos.

- XVIII. Como realizar a comunicação das **salmonelas** do **PNSA** em monitorias não oficiais realizadas pelos Laboratórios credenciados? Qual formulário a ser usado e qual o fluxo da comunicação?

Resposta:

Os sorovares de salmonelas de controle oficial pelo PNSA (*S. Enteritidis*, *S. Gallinarum*, *S. Pullorum* e *S. Typhimurium*) pertencem à lista 3 da IN nº 50/13 e, por isso, tanto os resultados positivos de monitorias oficiais como de monitorias particulares devem ser imediatamente notificados ao SVO.

Quanto às formas de notificação ao SVO pelos laboratórios, foram definidas duas situações a serem observadas, em função do tipo de monitoria (oficial ou particular):

- Para monitorias oficiais, os resultados devem ser notificados ao SVO apenas por meio do envio dos respectivos laudos.

- Para monitorias particulares, os resultados devem ser notificados ao SVO por meio do envio do FORM NOTIFICA e do laudo laboratorial. O SVO definirá, para cada caso, a necessidade de comprovação de um resultado positivo em uma monitoria particular por meio da realização ou não de uma colheita oficial.

Quanto ao fluxo de comunicação dos resultados ao SVO das monitorias particulares, foram definidas duas situações a serem observadas, em função da classificação do estabelecimento:

- Para estabelecimentos de reprodução, a notificação deve ser encaminhada para a SFA da UF de origem do estabelecimento avícola.

- Para estabelecimentos comerciais de aves de corte ou postura, a notificação deve ser encaminhada para o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal da UF de origem do estabelecimento avícola.

Quanto ao fluxo de comunicação ao SVO das monitorias oficiais, deve ser seguido o que já está estabelecido nas normativas vigentes.

Salienta-se que a Coordenação de Sanidade Avícola deverá receber somente os resultados positivos das monitorias oficiais.